

# **POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS E AO PROTAGONISMO FEMININO NA LUTA PELA IGUALDADE NA REFORMA AGRÁRIA**

**Autor: Liange Valdemarca Ferreira<sup>1</sup>**

**Orientador: Tallita Cardoso Bastos Lafeta<sup>2</sup>**

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Curso FLC 4397CPO – Projeto de Ensino (MAD27)

12/05/2023

## **1 INTRODUÇÃO**

Na atividade agrária do Brasil, historicamente, as mulheres têm apresentado um papel evolutivo revolucionário, destacando-se frente às suas comunidades rurais. Associando o trabalho a recursos exíguos, continuam a luta diária para manter suas famílias e exercer o trabalho agrícola, as lidas domésticas e demais cuidados relacionados às crianças, às plantações, aos animais e aos alimentos, que serão processados para venda externa ou consumo próprio. Esse rol de responsabilidades se incorpora aos diferentes papéis que as mulheres desempenham, integrando-se aos movimentos sociais em favor da reforma agrária.

Como um dos principais representantes na luta pela reforma agrária brasileira, está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que desde 1984 busca transformar o acesso à terra em reforma agrária e soberania alimentar nacional. Em face das conquistas alcançadas a partir dos governos que ascenderam ao poder depois dos anos 2000, os movimentos sociais que visam à luta pela terra tiveram um crescimento e atuação reconhecidos, nacional e internacionalmente.

As mulheres, como sujeitos ativos do movimento MST, trabalham não só pelas questões sociais relativas à terra; buscam a valorização de sua representatividade, ampliação das ações e políticas públicas determinadas pelo governo brasileiro, e maior acesso ao desenvolvimento de suas comunidades. A desigualdade que as mulheres

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Licenciatura em Ciência Política; E-mail: 2162530@aluno.uniasselvi.com.br

<sup>2</sup> Tutor Externo do Curso de Licenciatura em Ciência Política – Polo Joinville – SC; E-mail: 100106122@tutoruniasselvi.com.br

enfrentam diariamente, principalmente em relação ao gênero na sociedade, levam-nas à retração de suas atitudes em relação à autonomia e tomada de decisão, seja no ambiente do lar, na liderança de suas comunidades, ou à frente das atividades produtivas na agricultura ou criação de animais.

O tema deste estudo versa sobre as políticas públicas aplicadas ao protagonismo feminino no MST na luta pela igualdade na reforma agrária. Delimita-se as questões sociais de atuação e autonomia frente às comunidades e a temporalidade dos últimos vinte anos.

Dessa forma, a questão que norteia este estudo é: qual o papel das políticas públicas para a mulher integrante do MST?

Para buscar essa resposta, o objetivo geral procura mostrar quais as políticas públicas efetivadas para as mulheres do MST nos últimos vinte anos no Brasil. Como objetivos específicos, destacam-se: a) conceituar políticas públicas; b) mostrar a participação da mulher no MST como protagonistas das questões de igualdade e autonomia na reforma agrária; c) destacar como as políticas públicas podem afetar favoravelmente, a atuação das mulheres do MST em suas comunidades.

Justifica-se o estudo, de forma teórica, em razão da aplicação de políticas públicas na discussão que se efetiva diariamente quanto às questões da atuação da mulher nas frentes de mobilização dos movimentos sociais, seja quanto às questões de gênero, dos direitos das mulheres à terra, e mesmo daquelas relacionadas aos constrangimentos que as mulheres sofrem na participação em suas organizações.

Quanto à abordagem prática, o estudo das questões referentes ao protagonismo das mulheres nos movimentos sociais é relevante para o desenvolvimento das políticas públicas, o que se alinha aos objetivos do curso de graduação e à formação da pesquisadora.

Para a construção deste artigo, inicia-se com a introdução, que apresenta o tema, problema, objetivos e justificativa teórica e prática. Fundamenta-se teoricamente o estudo para desenvolver os objetivos específicos, discutindo-se, através dos autores, os assuntos escolhidos para a consecução do objetivo geral. Define-se a metodologia como uma pesquisa de revisão bibliográfica de abordagem exploratória e descritiva, e natureza qualitativa (GIL, 2019). Por fim, realizam-se as considerações finais, visando mostrar as conclusões do pesquisador e mostram-se as referências utilizadas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A luta pelo protagonismo da mulher nos movimentos sociais, especialmente no MST, impacta as estruturas das comunidades formadas a partir da questão da terra, exigindo políticas públicas que auxiliem no desenvolvimento dessas questões. As ações protagonizadas pelas mulheres podem criar um rol de oportunidades no nível comunitário, com o alcance de desempenho satisfatório em suas buscas pela consolidação de propósitos, pela autonomia e por maior qualidade nas políticas públicas.

Neste capítulo, procura-se desenvolver cada um dos assuntos definidos a partir da conceituação de políticas públicas, mostrando a participação da mulher no MST como protagonistas das questões de igualdade e autonomia na reforma agrária e destacando como as políticas públicas podem afetar favoravelmente, a atuação das mulheres do MST em suas comunidades.

### 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS – CONCEITOS CONTEMPORÂNEOS

As políticas públicas, em sua essencialidade, se caracterizam por ser um conjunto de leis, de diretrizes e de ações, que são decididas pelos governos, tomando-se por base um trabalho que será direcionado em favor do público. Nelas, é possível definir determinadas leis que serão aprovadas, quais tipos e valores de financiamentos serão direcionados a quais projetos e quais os tópicos que se relacionam ao público em geral (CAPELLA, 2018).

Generalizando, em qualquer sociedade que tenha um governo instituído, as entidades governamentais devem promulgar as leis, fazendo políticas, alocando recursos, que serão aplicados em todos os níveis: federal, estadual e municipal. Através de políticas públicas se definem os sistemas legais, as leis, as medidas regulatórias, os cursos de ações e as prioridades para os financiamentos acerca de determinados tópicos promulgados pelas entidades governamentais ou seus representantes (CAPELLA, 2018).

Qualquer política é realizada de acordo às questões ou problemas que requerem atenção governamental, e, portanto, o governo precisa imbuir esforços para que ela se

resolva com suas ações (FONTE, 2017). Assume ainda, a forma de lei ou regulamento, em um conjunto que irá legislar e reger determinados problemas.

Toda política pública deve seguir um projeto, em que são determinadas as metas e objetivos, a quem se destina, quem pretende alcançar, de que forma será efetivada, quem conduzirá a busca de financiadores, sua implementação, seu controle, etc. Como é feita em nome do "público", a política é orientada para um objetivo ou estado desejado, como a solução de um problema. A política é, em última análise, elaborada pelos governos, mesmo que as ideias venham de fora do governo ou por meio da interação do governo com o público (LIMA et al, 2018).

De forma complexa e organizada, indivíduos e grupos tentam moldar políticas públicas por meio de educação, defesa ou mobilização de grupos de interesse. A formulação de políticas públicas envolve um processo de esforços em que grupos de interesse buscam influenciar os formuladores de políticas a seu favor (CAPELLA, 2018).

Um aspecto importante da política pública é a lei, ou seja, a legislação específica e disposições mais amplamente definidas do direito constitucional. Para que as leis sejam efetivadas, diversas forças e tentativas de influenciar as políticas públicas são influenciadas por meio da educação, lobby ou pressão política. Os grupos atuantes em defesa das causas procuram, frequentemente, educar o público em geral, bem como os formuladores de políticas públicas, sobre a natureza dos problemas, qual legislação é necessária para resolver os problemas e o financiamento necessário para fornecer serviços ou realizar pesquisas (ABERS et al., 2018).

De acordo com Lima et al. (2018), embora a defesa seja vista como imprópria por alguns da comunidade profissional e de pesquisa, é claro que as prioridades das políticas públicas são influenciadas pela defesa. Dados de pesquisa sólidos podem ser usados para educar o público, bem como os formuladores de políticas, melhorando assim o processo de políticas públicas.

A formulação de políticas faz parte de um processo contínuo que nem sempre tem início ou fim claros, pois as decisões sobre quem se beneficiará com as políticas e quem arcará com qualquer ônus decorrente da política são continuamente reavaliadas, revisitadas e revisadas (LOTTA, 2019). Capella (2018), complementa ao explicar que as políticas públicas não são simplesmente o cumprimento de promessas de campanha;

devem ser debatidas e negociadas entre partes com interesses diferentes, envolvendo ainda, partes que não fazem parte do governo, como especialistas em áreas de interesse, como ciência, saúde ou clima. Em geral, as políticas públicas são moldadas ao longo de vários anos e existem diversas instituições que irão contribuir para a formação e detalhamento de uma política específica.

Na concepção de Abers et al. (2018), as políticas públicas existem para influenciar a forma como outras decisões importantes são tomadas e geralmente são formadas como respostas a uma questão específica que é de interesse do público. Buscam oferecer algum tipo de solução para um problema, e desempenham um papel crucial na formação das diretrizes e princípios de uma sociedade, consistindo, por essa razão, em fatores necessários do governo e da política.

Fonte (2017) explica que, como as políticas públicas são formadas com esforços coletivos entre governos, instituições e até cidadãos comuns, compreendem formas relevantes e eficazes de fazer as partes da sociedade serem ouvidas. Mesmo com a troca de políticos e partidos com as eleições, e as mudanças de posições e opiniões sobre as questões prioritárias dos planos de governo, as políticas públicas são implantadas com bases em leis, e de difícil extinção ou modificação.

## 2.2 PROTAGONISMO DA MULHER NO MST - IGUALDADE E AUTONOMIA

O MST se destaca como a organização popular da América Latina de maior expressão dentro dos movimentos sociais em prol da reforma agrária na história global. Em sua formação, está uma base social que se dispôs a lutar pela fixação do homem no campo, sobrepujando a colonização e a urbanização (STEDILE; FERNANDES, 2012).

Nascido no Sul do Brasil, fortificou-se nas raízes que buscam o desenvolvimento agrícola. Do ponto de vista socioeconômico e histórico, os agricultores se organizam e lutam para trabalhar em áreas próprias, e conta ainda com o envolvimento do trabalho pastoral, principalmente das Igrejas Católicas e Luterana. Constituído-se como um movimento social importante, coincidiu com o processo das mudanças políticas que visavam à democratização, através das greves operárias, das eleições diretas e do surgimento do Partido dos Trabalhadores (STEDILE; FERNANDES, 2012).

Temos, então, os principais fatores da gênese do MST. A natureza já está embutida: camponesa, de resistência na terra e pelo trabalho. Também já se evidenciou que o MST surgiu na região Centro-Sul, com a ocupação da Fazenda Macali, no Rio Grande do Sul, uma das primeiras ações do MST (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 24).

Por ser um movimento popular, agrega trabalhadores rurais, agricultores, homens, mulheres, famílias, idosos, crianças, e quem mais quiser participar, diferenciando-se dos sindicatos. O trabalho da Igreja também é relevante, pois envolve a comunidade, abrindo-se a toda a sociedade, e não só a um movimento camponês (STEDILE; FERNANDES, 2012).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, envolve em seu cerne, as Mulheres do MST, que têm como principal bandeira, a Reforma Agrária, além da luta pela terra e por uma sociedade mais justa e fraterna (MST, 2020). Em suas lutas, orientadas pelo crescente número de líderes femininas, que representam a diversidade de mulheres protagonistas inseridas no espaço do campo, em busca de reivindicações como posse, direito e igualdade sobre a terra (SANTOS, 2017).

O MMMST articula entre as relações sociais de classe e de sexo (SPECHT, 2019). Organizado pelo MST, está presente em 24 estados, nas cinco regiões do Brasil, e conta com a participação de cerca de 350 mil famílias assentadas e/ou em busca de assentamentos (MST, 2020a). São as diversas composições de mulheres em cada estado do país que compõem as frentes organizadoras, com mais de 3.500 mulheres (MST, 2020b). Sua organização acontece desde o final da década de 80, mas o 1º Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra ocorreu recentemente, em março/2020 (MST, 2020b).

Por ter uma atuação ampla no Brasil, de grande expressão interna e externa ao país, o MST traz em suas representações, sempre um homem e uma mulher, mostrando a valorização que é dada à participação feminina nas decisões e medidas que o movimento implementa (MST, 2020a).

Diante desse quadro, a luta das mulheres não abarca só a questão de classe (proprietário e não proprietário) e gênero (homem e mulher), mas também a questão racial, a sexualidade e a relação com a questão ambiental.

Priorizando as transformações estruturais da sociedade, o movimento articula-se com diversos outros movimentos, inclusive internacionais – como a Via Campesina, que se une a diversas organizações e é considerada um movimento autônomo, pluralista e multicultural – envolve uma forma organizada, revolucionária, participativa e democrática de atuar (DESMARAIS, 2013). Por meio dos assentamentos e acampamentos, formam núcleos entre famílias, pautando-se em um projeto popular para o Brasil (XAVIER; PIMENTA, 2017). Em sua dinâmica, a mulher pertencente aos assentamentos do MST, assume diversas tarefas, como a do cunho maternal, reprodutivo, e de subsistência familiar, por meio de hortas e criação de animais de pequeno porte, além de motivador essencial para a manutenção do homem na terra (RUA; ABRAMOVAY, 2000).

Entretanto, como participantes de um movimento organizado que é pautado por atividades políticas, organizam-se em torno da mobilização quanto ao direito à terra, as formas de desenvolvimento sustentável e consciente do agronegócio, com menor uso de transgênicos, maior incentivo às famílias e pequenos produtores, além do aprofundamento de questões relativas ao papel e participação da mulher nesses contextos agrários (FARIA, 2014). O MST compreende as condições que assolam as famílias como a pobreza, a esperança de subsistência através da terra, e a vivência de forma excluída, em que as perspectivas de sucesso, social e rural, inexistem. O domínio capitalista e o subjugo que causa a desigualdade, impedem o desenvolvimento desejado pelos integrantes do MST com relação à liberdade e à preservação ambiental, bem como ao âmbito político e comercial, formados por bases construídas de militância, que apoiam o movimento (ALMEIDA et al., 2014).

Para mostrar como se comportam as mulheres e sua participação no MST, Santos (2019), congrega cinco fases:

Quadro 1 – As cinco fases da participação das mulheres no MST

Fase 1	As mulheres no Primeiro Congresso Nacional do MST e a criação da Comissão Nacional de Mulheres (1985 - 1989)
Fase 2	Vazio organizativo? Onde estão as mulheres no MST? (1990 - 1995)
Fase 3	Coletivo Nacional de Mulheres: A retomada de responsabilidade com as questões de gênero no MST (1995 – 1998)
Fase 4	Criação do Coletivo Nacional de Gênero e a expansão do debate para os homens do MST (1999 – 2002)
Fase 5	Um salto de importância para o debate: o Setor Nacional de Gênero (2003 – 2012)

Fonte: Santos (2019).

Percebe-se que a evolução das mulheres dentro MST passou por fases de organização, questões de gênero e expansão de debates. Atualmente, encaminha-se pela luta por políticas públicas que contemplem e melhorem a condição feminina no protagonismo ativo frente ao MST. Em 2023, a Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra teve como lema: o agronegócio lucra com a fome e a violência. Por Terra e democracia, mulheres em resistência!

As mulheres Sem Terra, seguem em luta e resistência por terra, para dela cuidar e produzir alimentos saudáveis e por democracia. Na defesa da Reforma Agrária Popular e soberania alimentar, na construção de relações humanas emancipadas, livres de todas as formas de violência (MST, 2023).

Identifica-se que são as mulheres, as que são excluídas da construção de políticas públicas que deveriam mitigar as consequências urgentes do avanço do agronegócio nas terras brasileiras, o que leva a lutas necessárias para a reafirmação do protagonismo feminino para a produção alimentar saudável, a preocupação com o meio ambiente e as soluções esperadas de construção e organização política, direcionando-se à soberania alimentar, às políticas para geração de renda e agregando condições para a reforma agrária (MST 2023).

A forma respeitosa e acolhedora com que as mulheres do MST lidam com a natureza, mostram a preocupação com um meio ambiente salutar, para as pessoas e para o espaço que integram e convivem. A terra é um bem que merece cuidado, assim como todos os componentes da biodiversidade, e isto exige que outros fatores, sociais, culturais e políticos sejam incorporados na maneira de cultivar e colher sem agredir (MST, 2017).

No Brasil, a produção familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos. O MST abraça fortemente a causa pela produção de alimentos saudáveis, em que o meio ambiente deve ser valorizado, sem uso de agrotóxicos. Apenas os métodos e conhecimentos tradicionais, valorização das sementes naturais, da água não contaminada, auxiliam no método de produção ecológica, abandonando o chamado “modelo predatório” (MST, 2017).

A luta pelo protagonismo da mulher nos movimentos sociais, especialmente no MST, impacta as estruturas das comunidades formadas a partir da questão da terra, e as ações podem criar mais oportunidades para as mulheres no nível comunitário, com o alcance de

desempenho satisfatório na consolidação de propósitos, e inovações na forma de produzir, com qualidade e incentivo.

Na defesa da igualdade de gênero, e buscando resultados na expansão e fortalecimento dos direitos efetivos das mulheres à terra, alguns fatores remetem à necessidade de mecanismos específicos de inclusão das mulheres na legislação fundiária, através de políticas públicas que acelerem tal processo. As relações de poder envolvidas na vontade política do Estado e das alianças que se fazem necessárias para mudar esses estigmas, tornam a luta dessas mulheres, uma bandeira de toda a sociedade.

## 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ATUAÇÃO DAS MULHERES DO MST EM SUAS COMUNIDADES

A soberania alimentar não pode ser alcançada para todas as pessoas, a menos que as desigualdades estruturais nos sistemas alimentares sejam identificados e corrigidos (ROCHA, 2018). Para Pontes e Damasceno (2017), mulheres nos movimentos sociais agrários, há muito tempo, fazem campanha para que a igualdade de gênero e os direitos das mulheres sejam totalmente integrados em políticas e instrumentos jurídicos destinados a garantir os direitos à alimentação, à terra, ao trabalho e segurança social.

As conquistas para a população rural dependem do reconhecimento explícito dos direitos humanos à terra, sementes e soberania alimentar. No entanto, não inclui diretamente as principais disposições de igualdade, como o direito das mulheres de herdar a terra. que promova a igualdade de gênero e os direitos das mulheres de forma eficaz (PEREIRA, 2014).

Assim, os movimentos sociais buscam atuar com o ativismo, de forma insurgente, realizando oposição e procurando dialogar e cooperar com o Estado, de maneira institucionalizada. Para Campos e Brasil (2017), as mulheres rurais que participam de movimentos sociopolíticos, transformam suas lutas sociais em ações abrangentes, que abranjam a coletividade. Através do reconhecimento de seu papel social, seus direitos como cidadãs, e do trabalho que exercem junto a seus pares, atuam para estabelecer novas políticas públicas que atendam suas reivindicações.

Anteriormente no Brasil, havia o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que foi extinto em 2016, juntamente à Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas, o que prejudicou as negociações e execuções de políticas públicas, que sejam direcionadas às mulheres que lidam com a agricultura, e especificamente, às integrantes dos movimentos sociais como o MST. No Quadro 2, se demonstram as políticas públicas, conquistadas através da Marcha das Margaridas e que foram instituídas durante os governos anteriores à 2016:

Quadro 2 – Conquistas das mulheres rurais até 2016

Titulação da terra
Escritura das moradias do programa “Minha Casa, Minha Vida” em nome da mulher
Programa de fomento para a mulher assentada da reforma agrária
Garantia às produtoras de 30% das compras pelo Programa de Aquisição de Alimentos
Construção de cisternas produtivas às mulheres do semiárido
Acesso pleno das agricultoras ao Programa Nacional de Crédito Fundiário
Unidades móveis de enfrentamento da violência contra a mulher, assim como as patrulhas rurais Maria da Penha

Fonte: Costa e Aguiar (2021).

Já nos governos brasileiros posteriores a 2016, a atuação restrita da secretaria voltada às mulheres rurais, se deu de forma tímida e com poucos espaços para formular e executar novas políticas públicas voltadas às questões das mulheres rurais, representando uma estagnação para suas conquistas. Com a criação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, não houve incorporação das necessidades específicas reivindicadas pelas mulheres rurais.

Programas que combatam a violência, políticas que atuem nos certames do ambiente rural, e que sejam diretamente relacionadas à mulher do campo, têm sido relegadas a segundo plano, sofrendo cortes de orçamento governamental.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracterizou como um estudo de revisão bibliográfico e descritivo de caráter qualitativo, pois é através da análise e avaliação dos estudos bibliográficos que se compreende o tema proposto (MARCONI; LAKATOS, 2017). Para Gil (2010), os procedimentos qualitativos se baseiam em informações colhidas em texto e imagem e possuem etapas únicas na análise de dados, utilizando estratégias diversas de investigação. Em relação aos meios de investigação, para a realização do trabalho, foi utilizado o meio bibliográfico. A pesquisa qualitativa é interpretativa, em que há envolvimento do pesquisador (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Segundo Roesch (2013), é através da pesquisa bibliográfica que se desenvolve o problema proposto, utilizando as mais diversas publicações existentes sobre o tema. Esse tipo de estudo tem a finalidade de analisar as contribuições teóricas sobre o tema. A partir do estudo bibliográfico efetivado pode-se fundamentar a pesquisa sobre as diferentes publicações já realizadas na área.

O presente estudo monográfico utilizará a pesquisa qualitativa. Para Gil (2017), os procedimentos qualitativos se baseiam em informações colhidas em texto e imagem e possui etapas únicas na análise de dados, utilizando estratégias diversas de investigação. Em relação aos meios de investigação, para a realização do trabalho será utilizado o meio bibliográfico. A pesquisa qualitativa é interpretativa, em que há envolvimento do pesquisador (MARCONI; LAKATOS, 2010).

A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa (VERGARA, 2016). Já a pesquisa descritiva, tem como objetivo descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2017).

Na coleta de dados, realizou-se um levantamento bibliográfico, o qual foi fundamental para a elaboração dos tópicos da Fundamentação Teórica, uma vez que proporcionou o conhecimento necessário sobre as políticas públicas aplicadas aos movimentos sociais e ao protagonismo feminino na luta pela igualdade na reforma agrária.

Mais obras de autores que destacam o assunto foram incluídas para a construção do embasamento teórico.

Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa procurou apontar como são instituídas as políticas públicas para as mulheres rurais, destacando os movimentos sociais através da revisão dos escritos acadêmicos alçados até aqui.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As mulheres que moram nas áreas rurais são as principais responsáveis pelas contribuições para a produção agrícola familiar. Embora a atuação das mulheres rurais tenha sido, desde sempre, o trabalho doméstico, elas foram assumindo novas tarefas e passaram a ser protagonistas de suas vidas (NEVES; MEDEIROS, 2013).

Quanto à participação da mulher no campo, Butto (2017), destaca que a reflexão acerca das relações de gênero, ou do próprio feminismo, começaram a ser realizadas a partir dos anos 80. Specht (2019), corrobora, reforçando que nos períodos em que os movimentos impetrados pelas mulheres rurais eram mais tímidos e menos estruturados, foi preciso construir a afirmação política e econômica dessas mulheres, com a composição de agendas e alianças entre os diferentes movimentos sociais, participação efetiva na renda familiar com seu trabalho, além de somar às lutas e estratégias em prol de fomentar a minimização das desigualdades de gênero, baseando suas conquistas em sustentabilidade da vida.

Várias abordagens e estudos são realizados anualmente para apontar as descobertas sobre os papéis de gênero, quer seja para orientar políticas e intervenções de programas públicos para melhorar a condição da atividade da mulher na área rural, maximizar a qualidade de vida dessas mulheres e dos seus entes, ou ainda para incentivar a produtividade das famílias rurais.

Nos idos históricos recentes dos governos brasileiros, as políticas públicas voltadas à mulher rural e à agricultura feminina, têm recebido poucos incentivos e quase nenhuma atuação das secretarias governamentais voltadas a esse público.

Silva (2016), destaca que as mulheres rurais, historicamente, sofriam com a opressão latifundiária, e a partir dessa luta, foram sofrendo transformações, ao

reconhecerem-se sujeitos pertencentes à classe camponesa, a qual, historicamente, teve um papel negado ou desconhecido pelo Estado. Essas mulheres, excluídas da sociedade, ao longo do tempo não receberam atenção de políticas públicas básicas, que são claramente, direito de todas as pessoas.

Para as mulheres, essas condições causam o entrave do crescimento e desenvolvimento rural brasileiro, acentuando as desigualdades de gênero já arraigadas na sociedade, de forma a retrair as atitudes de luta das cidadãs quanto à autonomia e tomada de decisão, seja em suas casas, nas lideranças comunitárias que exercem, ou à frente de suas atividades produtivas no campo (LOZANO, 2018).

De acordo com Rocha (2018), os conceitos básicos que abordam o gênero, o patriarcado, os próprios papéis de gênero que as mulheres enfrentam e como todos esses fatores se relacionam com os movimentos sociais agrários, são antecedentes para as ações femininas que buscam minimizar a desigualdade e marginalização que elas sofrem por parte da sociedade.

Para Silva (2016), muitas são as limitações que separam as políticas públicas para as mulheres da efetivação de fato. Apesar das conquistas como a Lei Maria da Penha, das delegacias especiais para mulheres, ainda é moroso o sistema de investigação e punição para as ocorrências de violência contra a mulher, ou ainda, as ações do sistema de saúde voltadas exclusivamente para a mulher que não são completamente efetivas, além de respeito aos direitos das mulheres com relação ao âmbito sexual e reprodutivo, em que se inclui, também, o aborto.

Destaca-se que na luta por mais políticas públicas, reverenciam-se os direitos da mulher rural e suas responsabilidades para a estrutura das unidades familiares, para as comunidades e para que o desempenho de suas reivindicações seja benéfico para a consolidação de propósitos (PEREIRA, 2014). Na luta das mulheres dos Movimentos Sociais Rurais, muitas conquistas se deram através de políticas públicas, como o direito à previdência social, licença maternidade, o direito da mulher ao ser identificada como titular dos lotes, entre outras (FERREIRA DOS SANTOS, 2019).

Muitas são as manifestações que buscam os direitos e o empoderamento das mulheres no campo, principalmente aqueles ocorridos entre os anos 2000 e 2020. Exemplos como a Marcha das Margaridas, o Movimento das Mulheres Camponesas

(MMC), o Movimento das Mulheres do MST – Movimento dos Sem-terra (MMMST), entre outros, são bases da luta pela valorização, reconhecimento e empoderamento da mulher trabalhadora rural. Em defesa de si mesmas e de seus direitos em relação à terra e à produção agrícola, elas se fortalecem com a constituição de movimentos e lideranças (CONTAG, 2023).

Como movimento de classe e feminista, de caráter democrático, cunho popular e socialista, o MMMST tem procurado se afirmar por suas conquistas, organização e lutas, visando o fomento das políticas públicas, um espaço que engloba a construção relacional na sociedade, com qualidade em saúde e educação. Organizar-se, para as mulheres do MMMST, trouxe a elas um empoderamento que procura levar ao fim, anos de opressão e violência.

Rua e Abramovay (2000), destacam que, voltando-se para a violência de gênero, aponta-se que a taxa de violência é maior nas áreas rurais do que nas urbanas. O fortalecimento de diretrizes legais e políticas para a igualdade de gênero se faz premente, pois é preciso reconhecer a importância de implementar políticas econômicas que favoreçam o empoderamento das mulheres rurais, buscando oferecer oportunidades para fazer ouvirem suas vozes.

Outro fator essencial é a ocupação de cargos de liderança, e de leis que melhorem o acesso das mulheres rurais à proteção social, ao acesso igualitário à educação, às condições de trabalho e ao financiamento de atividades geradoras de renda. Programas para empoderar as mulheres rurais por meio da tecnologia, elaboração de planos, estratégias e políticas nacionais, educação, visando a redução da pobreza, são bandeiras de luta das mulheres do MMMST.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O papel da mulher tem sido desprezado pelo patriarcado há vários séculos com a centralização do homem como figura principal de “chefe de família”, tornando a mulher invisível em suas ações e em seu trabalho. Junto às suas comunidades, as mulheres buscam atenção para suas lutas, visando direcionar o Estado a assumir uma postura de

apoiador e fomentador de políticas públicas voltadas às cidadãs brasileiras, especialmente às mulheres rurais.

As mulheres rurais são agentes-chave para alcançar as mudanças econômicas, ambientais e sociais transformacionais necessárias para o desenvolvimento sustentável. Mas o acesso limitado ao crédito, saúde e educação estão entre os muitos desafios que enfrentam, que são ainda mais agravados pelas crises globais de alimentos e economia e pelas mudanças climáticas.

À frente de movimentos sociais importantes do Brasil, as mulheres rurais do MST buscam capacitar a si e suas comunidades, para promover melhores condições para os indivíduos, famílias e comunidades rurais, procurando a promoção de políticas públicas que garantam a produtividade econômica e social, dada a elevada presença das mulheres na força de trabalho agrícola em todo o mundo. As mulheres desempenham um papel estratégico e diferenciador nas áreas rurais, levando modernização, empenho e organização.

Desta forma, o governo, a administração pública e regulamentação política compreendem elementos para desenvolver as áreas rurais, melhorando as condições de sustento, manutenção e qualidade de vida dos camponeses. Para que a sustentabilidade nas práticas para o desenvolvimento rural seja alcançada, discute-se as relações de gênero e suas mudanças, a divisão social e seus novos padrões, incluindo-se a divisão espacial do trabalho, as novas identidades, o cooperativismo, em uma nova realidade socioeconômica, que engloba muitos participantes interessados, seja a própria sociedade, as organizações privadas e públicas e a administração pública.

Considera-se que as políticas públicas devem ser, urgentemente, concretizadas e aplicadas a toda a comunidade rural, incluindo-se as mulheres do MST. Com seu protagonismo, lutam pela igualdade e por uma reforma agrária justa, reconhecendo os direitos da mulher, suas questões de identidade, gênero, empoderamento e liderança frente a suas comunidades. Nos últimos vinte anos, o governo brasileiro fez avanços importantes nas políticas públicas voltadas às mulheres rurais, incluindo-se a mulher no MST como sujeito ativo e participante no protagonismo de questões de igualdade e autonomia na reforma agrária.

Por essa razão, destaca-se a importância de discutir a agenda das políticas públicas e a relevância da reforma agrária, visando novos programas governamentais para as mulheres do MST e suas comunidades.

Como sugestões para novos estudos, conclui-se que acompanhar as políticas públicas nos diversos movimentos sociais das mulheres a partir deste e dos próximos governos, se torna de grande contribuição para a academia.

## REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 15-46, 2018.

ALMEIDA, J. A. T.; FARIAS, A. R. B.; BRITO, E. R. P. B.; NORONHA, C. R. B.; ANDRADE, H. M. L. S. A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas. In: 18º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero- REDOR, 2014, Recife-PE. **Anais Eletrônicos do 18º REDOR**, 2014.

BRASIL. Resolução CEB. Resolução nº 2, de 7 de abril de 1998. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, DF: abril de 1998. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02\\_98.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_98.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2018.

BUTTO, A. Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito político. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). **Universidade Federal de Pernambuco**, Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Recife/PE, 2017. **Camponês e Popular**. Disponível em<[http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha\\_feminismo\\_campones\\_popular-2018.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf)>. Acesso em: 10.jul.2020.

CAMPOS, Mariana de Lima; BRASIL, Flávia de Paula Duque. Movimentos de mulheres do campo e o Estado: um estudo sobre as políticas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher na realidade rural. 2017. **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 68, n. 3, p. 533-556.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de políticas públicas**. 2018.

CONTAG. Marcha das Margaridas. **Políticas Públicas Estruturantes**. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/politicas-publicas-estruturantes>. Acesso em: 22.mai.2023.

COSTA, Maria José Morais; AGUIAR, Vilênia. **Políticas públicas, mulheres e a violência no campo**. Publicado em 11.ago.2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2021/Pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-mulheres-e-a-viol%C3%Aancia-no-campo>. Acesso em 18.mai.2023.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina: A globalização e poder do camponato**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. BUTTO, Andrea (org.). Brasília: MDA, 2009, p. 11-28.

FERREIRA DOS SANTOS, Iolanda A. “Sem mulher a luta vai pela metade”: mulheres, feminismo e política no MST. **Tese de doutorado**. Programa de Pós-graduação em extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria – RS, 2019.

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. Saraiva Educação SA, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Luciana Leite; STEFFEN, Mariana Willmersdorf; D'ASCENZI, Luciano. Políticas públicas. Lima, Luciana Leite. D'Ascenzi, Luciano. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 35-82, 2018.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, p. 11-38, 2019.

LOZANO, Marie-Anne S. P. L. Políticas públicas e mulheres trabalhadoras rurais brasileiras. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Florianópolis, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MMC. Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil. **A afirmação de muitas histórias**. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44> . Acesso em 17.mai.2023.

MST, 2017. **Agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil.** Disponível em: <https://mst.org.br/2017/11/03/agricultura-familiar-e-responsavel-por-70-dos-alimentos-consumidos-no-brasil/>. Acesso em 10.abr.2023.

MST, 2020a. **Quem somos.** Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em 10.abr.2023.

MST 2020b. **Encontro histórico reúne mulheres do MST de todos os Estados em Brasília.** Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/06/encontro-historico-reune-mulheres-do-mst-de-todos-os-estados-em-brasilia/>. Acesso em 08.abr.2023.

MST 2023. **Jornada das Mulheres Sem terra 2023.** Disponível em: <https://mst.org.br/especiais/jornada-das-mulheres-sem-terra-2023/>. Acesso em 19.abr.2023.

NEVES, D; MEDEIROS, L. (Org.). **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

PEREIRA, Simone Silva. Soberania alimentar e o assentamento Mulungu no semiárido cearense. 2014. 173 f. **Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia,** 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124139>. Acesso em 19.abr.2023.

ROCHA, Marlene da. **Segurança alimentar.** Biblioteca digital FPA, 2018. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/seguranca-alimentar-um-desafio-para-acabar-com-a-fome-no-brasil/>. Acesso em: 14.abr.2023.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração:** guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RUA, M.G.; ABRAMOVAY, M. (2000). **Companheiras de luta ou "coordenadoras de painelas"?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Livro por Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000138.pdf>. Acesso em: 15.abr.2023.

SANTOS, G.I.R. Espacialidades de gênero e movimentos sociais no estado do Tocantins: um movimento de mulheres camponesas? **Revista Espaço e Tempo Midiáticos,** Palmas, v.2, n. 2, p. 51-77, jul-dez. 2017.

SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira. Sem mulher a luta vai pela metade: mulheres, feminismo e política no MST. **Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria**, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2019.

SILVA, Ivanilson Batista. O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra. João Pessoa – PB 2016. **Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**, 2016.

SPECHT, A.A. (2019). Autonomia crítica das mulheres rurais: a casa pode cair, elas querem voar. **Universidade de Brasília – UnB**, Faculdade UNB Planaltina – FUP, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rural PPG – Mader. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37003/1/2019\\_AnalineAlmeidaSpecht.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37003/1/2019_AnalineAlmeidaSpecht.pdf)>. Acesso em: 18.abr.2023.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. – 2.e.d – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa Em Administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

XAVIER, E. D.; PIMENTA, K. DE F. A utopia no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 24, n. 1 e 2, p. 162-175, 3 maio 2018.